

O DISCURSO PELO ORGULHO LGBT NA PRIMEIRA PARADA DO BRASIL

FILIPPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA

Doutorando em educação pelo PPGE-UFPE, Mestre em educação pelo PPGEduc – UFPE, Pedagogo e professor da educação básica.

RESUMO

Na contemporaneidade, os movimentos de identidade e pós-identidade como o movimento LGBTQ+, o feminista, entre outros, tem colaborado em trazer para o campo das ciências humanas discussões sobre disputas políticas, reconhecimento e visibilidade em confronto com as regras canônicas da heterossexualidade. Desse forma, esse artigo pretende dialogar sobre as regras dos discursos produzidos pelos ativistas LGBTQ que organizaram a primeira parada do orgulho LGBTQ no Brasil. A memória discursiva da primeira parada do orgulho LGBTQ no Brasil se consolida como um discurso vivo e que continua em disputa com setores conservadores e ultraliberais no cenário atual.

Palavras-chave: Movimento LGBTQ+; Discurso; Arqueologia.

INTRODUÇÃO

Os avanços culturais, comportamentais, identitários e pós-identitários da população ocidental em relação à diversidade sexual tem colaborado para que as relações sociais e as experiências emancipatórias sejam cada vez mais compartilhadas em busca de uma imaginação epistemológica e democrática. Desconstruir preconceitos, violências e discriminações é uma tarefa árdua e constante, bem como reconstruir novas configurações e práticas sociais que sejam capazes de expandir a valorização da diferença e da igualdade.

Essa tarefa epistemológica de desconstruções de preconceitos, intolerâncias, violências e discriminações nos estudos de gênero, sexualidade e educação tem sua concentração em abolir as práticas sexistas e LGBTfóbicas enraizadas e naturalizadas em nossa sociedade. O confronto com a heterossexualidade compulsória (RICH, 1980; BUTLER, 2015) e sua lógica de classificação social (SANTOS, 2006;2007) é um caminho cosmopolita que precisamos cruzar permanentemente.

Utilizando a análise arqueológica de Foucault¹ (teórica e metodológica), bem como pesquisadores/as ancorados em estudos sistematizados sobre movimentos sociais, diversidade sexual e LGBTfobia, este artigo consiste em analisar as regras dos discursos produzidos pelos ativistas LGBT que organizaram a primeira parada do orgulho LGBT no Brasil.

Como bem aprofunda as discussões e análises arqueológicas, Carvalho (2006), Veiga-Neto (2017), Fischer (2001) e Thiry-Cherques (2010) e o próprio Foucault (2008):

Análises arqueológicas	
Carvalho (2006)	Intrínsecas ao discurso, as regras são produzidas num imbricado de diferentes domínios nos quais onde exatamente se dá a função enunciativa. São produzidas na formação dos objetos, nos sistemas conceptuais, nas formas de enunciação e nas escolhas teóricas. (CARVALHO, 2006, p. 69).
Veiga-Neto (2017)	O uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos passados, afim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos. (VEIGA-NETO, 2017, p. 45).
FIS-CHER(2001)	Construir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto, sabendo, em primeiro lugar, que a unidade não é dada pelo objeto de análise. (FISCHER, 2001, p. 206).

1 Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever. (FOUCAULT, 2008, p. 20).

Thiry-Cherques(2010)	Não se deve reduzir o discurso a textos cujos traços seriam lidos a partir de sua estrutura interna, como se nada existisse fora dele. O discurso é uma prática. A arqueologia articula as “formações discursivas”; as “práticas discursivas” com as práticas econômicas, políticas e sociais. (THIRY-CHARQUES, 2010, p. 227).
Foucault(2008)	[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. (FOUCAULT, 2008, p. 54-55).

O interdiscurso aqui produzido, mediante narrativa dos militantes, evoca a sociedade brasileira emergida no conservadorismo e na interdição de qualquer possibilidade de visibilidade LGBT, em qualquer instância da sociedade, por outro lado, os enunciados produzidos pelos grupos de militantes LGBTs fomentam a abertura da visibilidade LGBT, por meio da educação, da mídia, de direitos e etc. Como bem argumenta Foucault (2008, p. 37): “Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto”.

Nosso recorte, a década de 1990, justifica-se nesse artigo pela movimentação e articulação do movimento LGBT nesse período, sem precisar focar em uma origem dos acontecimentos. Grupos de extensão e pesquisas em Universidades públicas promovem o debate da violência e invisibilidade da população LGBT, ao mesmo tempo que as políticas públicas, aos poucos, começa a produzir materiais e campanhas voltadas para as questões de direitos humanos, com foco na prevenção da epidemia de HIV/AIDS, demanda essa pautada pelos movimentos sociais.

Sendo assim, analisamos os enunciados dos militantes que participaram da primeira parada do orgulho LGBT no Brasil. Sendo eles/as:

Nome	Profissão
Lula Ramires, 56 anos	Educador social e tradutor técnico.
Beto de Jesus, 53 anos	Ativista LGBT
Kaká di Polly, 56 anos	38 de <i>drag queen</i>
Renato Baldin, 39 anos	Arquiteto e museólogo
Laura Bacellar, 55 anos	Editora de livros.

Fonte: <https://www.vice.com/pt/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil>

Bem como os lugares institucionais que são produzidos os discursos dos militantes. Nas falas dos militantes, é possível encontrar vários lugares de onde eles traduzem suas lutas por reconhecimento. Mas o que fica evidente é a participação nos movimentos sociais e em grupos de pesquisa que se desdobram a dialogar sobre as questões de identidade, respeito as diferenças sexuais, reconhecimento social e por legitimação de suas identidades, comportamentos e desejos sexuais. Como o CORSA, o Encontro Nacional de Gays, Lésbicas e Travestis, chamado EBGLT, a 17ª Conferência Internacional da ILGA e o grupo de discussão da USP, o CAEHUSP, Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP.

Mediante os discursos dos militantes da primeira parada do orgulho LGBT serem localizados geograficamente em regiões² discursivas que traziam a efervescência do debate da visibilidade e reconhecimento das identidades LGBT, nosso *corpus* de análise se dará pela regra discursiva dos Movimentos Sociais identitários (enunciados dos militantes) da década de 1990.

Recordando a história “dos que não amam o outro sexo” (FOUCAULT, 1999, p. 38), a revolta de Stonewall Inn³, em Manhattan, EUA, no dia 28 de junho de 1969 é um marco para as dissidências sexuais fabricadas como pessoas com distúrbio mental naquela época. A revolução sexual proposta surgiu naquela época como uma afronta e uma afetação contra a matriz heterossexual e sua forma de dominação. Os gays, as lésbicas, transgêneros e bissexuais ousaram gritar “basta” a tanto preconceito, violência e discriminação.

Em determinado momento, o movimento homossexual pela libertação (*gay liberation day*) que nasce em Nova York transmuda-se ao redor do mundo, e organiza-se o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na contemporaneidade. No Brasil, na década de 1970, surge uma explosão de grupos identitários LGBTs capazes de enfrentar a ditadura militar e o preconceito LGBTfóbico.

2 Permite focalizar a forma como discursos historicamente construídos em locais fisicamente diferentes juntam-se para formar uma plataforma a partir da qual a individualidade é definida. (POPKWITZ, 1994, p. 203).

3 O documentário Stonewall Uprising, produzido por Kate Davis e Davi Heilbroner narra os acontecimentos da revolução de Stonewall. Ele possui vários depoimentos importantes de ativistas que vivenciaram a revolução. O documentário pode ser facilmente encontrado no YouTube. Link de acesso: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/06/28-de-junho-revolta-de-stonewall-que.html>

Como bem nos falam Simões e Facchini (2009, p. 61-62) sobre o nascimento de grupos ativistas de maior profundidade no debate das questões da homossexualidade no Brasil, e o processo de estruturação do movimento para poder disputar projetos e financiamentos que colocassem em xeque a questão do combate à LGBTfobia e a busca de dignidade por meio da cidadania:

- O Somos era composto exclusivamente por homens, passando posteriormente a ser frequentado por mulheres, que se organizavam em grupo separado – o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) (2009, p. 61)
- A partir de meados dos anos 1980, é possível observar o desenvolvimento de um estilo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais. São exemplos desse ativismo o Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia (GGB) (2009, p. 61)
- A partir do início dos anos 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não-governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos (2009, p. 62)

Do caráter identitário até uma (re)estruturação de suas categorias e ações políticas, o movimento LGBT contemporâneo buscam incansavelmente o fim da violência LGBTfóbica e a criação e acesso a políticas públicas (sociais e educacionais) que percorram nos ambientes, transformando o ideário LGBTfóbico em crime. Hoje, as identidades LGBTs não seguem necessariamente padrões de desejo, comportamento e identidade, seja ela heterossexual ou homossexual. Criam-se experiências de inteligibilidade credíveis de experiência da cena LGBT: os corpos são modificados, os desejos são múltiplos, as travestis reinventam o sexo e a identidade, os gays e as lésbicas subvertem os padrões de gênero e desejo, os bissexuais conquistam um pouco mais de visibilidade na agenda de filmes, da moda e do cinema. E a cena ausente do homem trans invade as casas brasileiras por meio da novela.

REGRAS DE ATRIBUIÇÃO DE OBJETOS DO SABER DO DISCURSO PELO ORGULHO LGBT

A superfície e o surgimento de um discurso por reconhecimento da população LGBT é um acontecimento, uma dispersão que ocorreu em vários cenários, como abordamos acima. Como bem explica Foucault (2008, p. 46): “essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso”. Nas décadas de 1960 o cenário no ocidente foi de grandes movimentações em prol de mudanças no cenário político, social e econômico, principalmente nos países colonizados. A luta constante pelo fim das ditaduras na América latina e a emergência dos direitos civis nos EUA serviram de respostas da sociedade civil organizada.

Nos anos de 1970 até 1980 há uma explosão de movimentos sociais, conceitualmente evocados de novos movimentos sociais (NMS⁴). Eles foram responsáveis na América do Norte, Europa e países da América Latina por pautar questões de reconhecimento social e identitário. Segundo Souza (1999):

Constituíram-se como correntes de opiniões e forças sociais. Enquanto correntes de opinião, aproximam-se por ideais e sentimentos semelhantes. São grupos de pessoas, com posicionamento político e cognitivo similar, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de firmar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano. (SOUZA, 1999, p. 38).

4 Segundo Santos: a novidade maior dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como foi defendida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. (SANTOS, 1999, p. 258).

Em seus cotidianos, como bem argumentou Souza, tais novos movimentos sociais são fortalecidos por redes de apoio no enfrentamento a qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação. Nos anos 1990, década que ocorre a primeira parada do orgulho LGBT no Brasil, tal incidência e emergência dos novos movimentos sociais atrelados aos grupos de pesquisa e extensão das Universidades foram fundamentais para o fortalecimento da luta contra a LGBTfobia e da visibilidade LGBT frente a mídia e as políticas públicas sociais.

A década de 1990 é marcada pela valorização no Brasil das ONGs (Organizações Não-Governamentais) por meio das políticas neoliberais, fazendo com que as mesmas se adequem as exigências dos editais públicos, perdendo seu caráter educativo e progressista para o jogo de disputas e poder evocados pelo Estado. Segundo Lage (2013):

Diferente da trajetória dos movimentos sociais, a atuação das ONGs não se dá na esfera da luta política por direitos e por isto não tem uma relação conflitiva com o Estado. Sua atuação é técnica e profissional e por isso trabalham na execução de políticas, programas e projetos públicos. Seu quadro não é composto por militantes, mas por profissionais vindo das mais variadas áreas e experiências. O discurso da época privilegiou a presença do voluntariado, como um modo da sociedade civil assumir as funções do Estado em nome da participação e da cidadania. (LAGE, 2013, p. 26).

Dentro desse contexto, a epidemia de HIV/Aids trouxe desdobramentos importantes para o ativismo LGBT nos anos 1990, uma vez que outros movimentos, como de mulheres e profissionais do sexo também encabeçaram a luta contra o estigma e o preconceito. Tal parceria, por meio de ONGs, foi fundamental para informar a sociedade brasileira sobre o impacto da aids e a luta contra o preconceito. Já no cenário federal o então Presidente eleito, Collor de Mello juntamente com o Ministério da Saúde criaram campanhas sobre HIV/AIDs difamatórias, responsabilizando as pessoas pela expansão do vírus. Em 1992, o cenário muda, e o Brasil firma parceria importante com a OMS e o programa Global de Aids. Segundo Simões e Facchine (2008):

Um empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Mundial de Aids para o Projeto de Controle da Aids e DST, que ficou conhecido como AIDS 1, trazia como novidade a inclusão da sociedade civil na implementação de atividades. Tem

início, assim, um período marcado por diversas formas de cooperação entre ONGs e o Programa Nacional de Aids, que alteraram substancialmente não só o perfil do programa, mas também o campo de trabalho das organizações da sociedade civil. (SIMÕES; FACCHINNI, 2009. p. 132).

Nesse novo trajeto de abertura de políticas públicas em prol de informações sobre a crise de HIV/AIDS no Brasil, nasce o aprendizado político do movimento LGBT, pois foi diante do estigma provocado pelas desinformações e *fake News* produzidas nesse cenário, que a epidemia trouxe novos elementos para o repensar das ações políticas e didáticas do movimento LGBT. Mesmo estando sobre a classificação de “grupos de riscos”, a população LGBT usou tal nomeação para dar mais visibilidade a causa LGBT e como vidas podem ser transformadas por meio de informações sobre o que seria a homossexualidade, e as demais orientações e identidades de gênero, redes de apoio a casos de violência por decorrência da LGBTfobia e lugares seguros para explorar as sexualidades.

Tais acontecimentos trouxeram para a sociedade brasileira os aspectos da vulnerabilidade⁵ que a população LGBT enfrenta, como negação de suas orientações sexuais e identidades de gênero, LGBTfobia velada, institucional, física, verbal, psicológica, entre outras. Serviços de saúde negados ou negligenciados, como bem apresenta Trevisan (2018):

Graças a aids, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos homossexuais e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra a aids, restringindo sua ótica e seu espaço. (TREVISAN, 2018, p. 344).

5 O conceito de “vulnerabilidade” designa grupos ou indivíduos fragilizados, do ponto de vista legal e político, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. Sua aplicação no campo da saúde pública visava ir além da abordagem da prevenção focada na mudança do comportamento individual, na trajetória dos esforços de combate à epidemia HIV-Aids, o conceito de “risco” foi central a princípio, levando à formulação das ideias de “grupos de riscos” e “comportamento de risco”. A partir do final da década de 1980, ganharam terreno estratégias de prevenção que levaram em conta a dimensão social e política mais ampla da epidemia, convertendo-a numa questão capaz de afetar toda a coletividade. (AYRES, José Richard *et al.* “Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids”. *In*: BARBOSA, Regina e Parker, Richard (org.). **Sexualidades pelo avesso**. São Paulo, ED. 34, 1999).

A abertura de uma visibilidade e de um reconhecimento da homossexualidade no Brasil no período pandêmico da aids, em meio a mortes e sofrimento, trouxeram discussões fundamentais sobre as práticas da população para a mídia. Tal rede discursiva é explorada nas falas dos ativistas que participaram da primeira parada do orgulho LGBT em 97. Como bem afirma Lula Ramires, educador social, participante da primeira parada do orgulho LGBT no Brasil:

Uma das reportagens que saiu uns dias depois da Parada falava que tinha um casal hétero que tinha ido com o filho de uns cinco anos. O repórter perguntou por que esse casal estava lá com o filho e eles disseram que queriam que o filho aprendesse que isso não é nenhum problema e que ele respeitasse as pessoas desde pequeno. Isso resumia tudo. A proposta do movimento LGBT não é que as pessoas sejam homossexuais, mas que elas sejam respeitadas. Acho que isso a gente foi conseguindo. Saí da primeira parada extasiado, achando tudo legal, porque existem outras pessoas como eu e a gente estava na rua defendendo nossos direitos. Link de acesso: <https://www.vice.com/pt/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil>.

Outro aspecto da rede discursiva dos saberes materializados mediante o orgulho LGBT são suas instancias de delimitação (FOUCAULT, 2018), no cenário aqui analisado, o centro de decisão é o movimento LGBT, ou como era conhecido na década de 90, de movimento homossexual, ou movimento de gays, lésbicas e simpatizantes (GLS). Tal movimento foi capaz de agrupar os militantes em prol de suas demandas e assim articular um encontro de militantes, ativistas e simpatizantes que deram as caras na avenida paulista, vestidos de medo e orgulho. Fizeram um acontecimento, uma memória viva, uma fissura no sistema sexo/gênero da heterossexualidade compulsória.

Como bem aponta Simões e Facchini (2008):

Sinal desses novos tempos, o ativismo pelos direitos dos homossexuais voltou a florescer nos anos de 1990, quando os encontros nacionais passaram a ocorrer com periodicidade mais frequente, com aumento significativo do número de grupos presentes. Na década de 1990, formaram-se redes de grupos e associações. Encontros específicos de mulheres homossexuais passaram a ocorrer regularmente, a partir do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996, Travestis e, posteriormente, transexuais foram incorporadas ao movimento por meio

do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atua na luta contra a Aids (Entlaids), que vem se realizando desde 1993. (SIMÕES E FACCHINI, 2008, p. 138)

Mediante a proliferação de grupos e atividades militantes LGBTs nas Universidades, em coletivos sociais e ONGs, tal “reflorescimento do movimento homossexual brasileiro”, como apontam os pesquisadores Simões e Facchini (2008), apresentam novas demandas a sociedade brasileira, uma vez que nos discursos oficiais, as políticas públicas para o público LGBT estejam restritos à epidemia HIV-Aids. Tal visibilidade, tão almejada pela população LGBT, trouxeram tensões em quatro lugares distintos de relações de poder, a saber, segundo Ramos (2005), no campo do Legislativo; no mercado e novos espaços de sociabilidade LGBT; grupos e entidades de defesa LGBT e claro, as insurgentes paradas do Orgulho LGBT pelo país.

Como bem defende Prado e Machado (2008):

Devemos reconhecer a importância dos movimentos sociais, ONGs, grupos GLBTs, estados, universidades e pessoas que batalharam e lutam cotidianamente para introduzir na memória de nossa sociedade aquilo que outrora foi um segredo. Devemos inserir em nosso trabalho, nossos projetos políticos e nossas instituições, formas de reescrever nossa história, dando voz a experiências silenciadas. Até outro dia, não sabíamos como fazer para introduzir as aflições e os anseios de pessoas que se atrevem a dizer o nome de um amor, a pronunciar no seu corpo, na sua voz, na sua presença, na sua literatura, na sua aula, no seu trabalho, o desejo de construir para si o direito de decidir como viver, como quer buscar o seu prazer, como quer o seu corpo e com quem quer dividir o seu desejo. (PRADO E MACHADO, 2008, p. 122).

Nas análises mediante as grades de especificação (FOUCAULT, 2008) fica evidente nas falas dos militantes como a sociedade abertamente heteronormativa produzia sexualidades sadias e sexualidades insubmissas, disparatadas, dissidentes. Sendo assim, o movimento homossexual da década de 90 reagrupava seus discursos em promover a homossexualidade, tanto feminina como masculina, como também lugar de uma orientação sexual que seja capaz de criar laços familiares, ter representações na política, lutar contra as violências e discriminações, reconhecimentos identitários capazes de romper com as mentalidades homofóbicas da época.

Por outro lado, a classificação e a oposição ao modo de vida homossexual fica evidente quando nas memórias dos militantes trazem que muitos deles, ao participar da parada LGBT em São Paulo, usaram máscaras ou fantasias, num modo de esconder seus rostos. Ou quando boates ou bares LGBTs se recusavam a dar voz aos militantes, espaços esses de segurança para o público. Ou até mesmo a força policial, que em um dos momentos da parada, tentou usar a coerção para pôr fim ao desfile do orgulho. Tal grade de especificação é também repetição, uma vez que na revolta de Stonewall Inn, em Nova York, a coerção policial foi um dos motivos da luta organizada da população LGBT que ali frequentava.

Outro aspecto importante que as paradas do orgulho LGBT trouxeram para a sociedade brasileira foi a importância do combate às mentalidades LGBTfóbicas presentes em discursos de todos os setores, como a mídia, as igrejas, no campo da medicina, jurídico e educacional. Nas falas dos/as ativistas, a velada e cruel LGBTfobia é o combustível das inúmeras vulnerabilidades que a população LGBT se encontra.

A questão de diversidade da orientação sexual e da identidade de gênero⁶ é usada dentro do movimento LGBT contemporâneo como afirmação política e identitária para desestabilizar a doutrinação heterossexista. Categorizando as experiências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais o movimento LGBT evoca aos quatro cantos que “ser LGBT” é credível de existência e que as experiências de luta contra o preconceito, a discriminação e a violência são enfrentadas cotidianamente.

Vários/as pesquisadores/as professores/as, intelectuais e artistas, além de cidadãos/as ao longo dos séculos tiveram que esconder em seus armários⁷ sua orientação sexual ou sua identidade de gênero. Ao passo

6 O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade* social constituída. (BUTLER, 2015, p. 242).

7 Simbolicamente e politicamente, o termo “armário” ou “armariado” é usado pela população LGBT e por pesquisadores de diversidade sexual e LGBTfobia para designar a prisão da orientação sexual ou identidade de gênero diante de uma sociedade normatizada pela cultura heterossexista. A saída do armário ou dos armários é uma via política para romper com as opressões e violências naturalizadas e institucionais da LGBTfobia. Para melhor

que a heterossexualidade se legitima como a única possibilidade de desejo, comportamento e identidade, e a homossexualidade feminina e masculina; assim como, as identidades trans foram fabricadas e desenhadas como não existentes.

Como bem evoca Foucault (1999, p. 40) “no decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração do sentido genésico, da degenerescência ou do desequilíbrio psíquico”, Sendo assim, foram descartados, estereotipado, humilhado e condenado a não-existência pelo pensamento discursivo (clínico, jurídico e social) da heterossexualidade.

Daniel Borrillo (2010), em seu livro “Homofobia: História e crítica de um preconceito” que já se tornou um clássico contemporâneo para os estudos de gênero e sexualidade, escreve antropologicamente como o conceito de homofobia foi estruturado nas sociedades, trazendo abordagens diversas para o termo, suas origens e sua forma de doutrinação por meio da heterossexualidade compulsória e suas consequências.

Atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens e mulheres. [...] Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou a antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. [...] É um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, mas ela pode também assumir formas brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi no caso na Alemanha Nazista. À semelhança de qualquer forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira suas conclusões materiais (BORRILLO, 2010, p. 13-16).

A violência contra as minorias identitárias tem sido historicamente e socialmente aceita. A violência não é apenas física, mas um ritual “necessário” à afirmação da opressão para a manutenção da superioridade e do *status* nas relações homem/mulher, heterossexual/homossexual, que existem na atual sociedade e que são heranças coloniais.

compreender a dimensão social e epistemológica do armário, sua dinâmica e efeitos, ler “A Epistemologia do Armário” de Eve Sedgwick (2007).

Quando qualquer uma dessas minorias sofre algum tipo de violência, muitas vezes os argumentos sociais, em vez de refutá-la, vão ao encontro de seu consentimento. A violência acontece sob o silêncio imposto e o medo são os principais elementos que contribuem para o ocultamento e a reprodução de tais agressões. Já o preconceito surge por meio de várias situações do cotidiano e formas mais conhecidas são o preconceito social, racial, sexual, entre outros. Dessa forma, essas formas de preconceito passam a ser produzidos com discursos e práticas fundantes nas hierarquias coloniais, que continuam reproduzindo um mundo desigual. Segundo Lula Ramires, entrevistado pela Revista eletrônica vice, sobre os aspectos gerais da LGBTfobia:

Naquele momento o movimento começa a desconstruir uma imagem que existia há 20 anos de que um homossexual era um homem afeminado, que era uma pessoa que não tinha caráter, que não era de confiança. Até hoje, quando você pensa, quando as pessoas chamam outra pessoa de viado, estão querendo dizer que essa pessoa não presta, não vale nada. Todo o nosso esforço foi de mostrar que a gente está em todas as classes sociais, todas as profissões, que a gente é igual a qualquer outra pessoa. A única coisa que nos diferencia é a atração que é pelo mesmo sexo e não pelo sexo oposto, isso é um mero detalhe, como ter o olho castanho ou o olho verde. Não afeta o seu caráter, ninguém é melhor ou pior do que ninguém pelo fato de ser homossexual. Fonte: <https://www.vice.com/pt/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil>

O discurso da LGBTfobia mostra a repulsa, o pavor da contaminação, e o receio dessa proximidade rui as amarras que sustentam o padrão da heterossexualidade no sujeito. O incômodo contra a diferença, que se torna cada vez mais insuportável quando esta presença se torna mais próxima, intimida o sujeito LGBTfóbico a querer expulsar de si, qualquer pensamento ou vestígio que venha a pôr em dúvida sua própria sexualidade.

Prado e Machado (2008, p. 80) nos falam que a principal estratégia para desestabilizar o sistema sexo/gênero e a ideologia LGBTfóbica é a partir de uma desconstrução/ressignificação dos mecanismos políticos e sociais dominados pela matriz heterossexual, bem como a construção de uma agenda política que seja capaz de enfrentar as violências e as discriminações sofridas pela população LGBT. Uma agenda política,

educacional e cultural é capaz de criar experiências emancipatórias de razão cosmopolita.

CONCLUSÕES

A rede discursiva do saber aqui analisada pela abordagem arqueológica de Foucault nos localiza na importância de buscar nos estudos de gênero e sexualidade e dos movimentos sociais as várias possibilidades de entender os discursos que são produzidos e como os mesmos podem ser entendidos em suas diferentes áreas. É na criação de uma memória do presente que tais questões como vulnerabilidade, preconceito, violência, representatividade, visibilidade, identidade e orgulho presentes na memória do movimento LGBT brasileiro, tem como acontecimento sua primeira grande manifestação política de rua.

A memória discursiva do movimento LGBT deve ser lida como lugar da dignidade, uma vez que seu passado foi constantemente apagado pelo viés da heterossexualidade compulsória e suas inúmeras gramáticas discursivas (CARVALHO, 2006) que construíram e moldaram comportamentos, desejos e identidades de pessoas que ousaram fugir do cânone sagrado da matriz heterossexual.

Na contemporaneidade, os movimentos de identidade e pós-identidade como o movimento LGBT+, o feminista, entre outros, tem colaborado com essa proposta, bem como as universidades e seus núcleos de estudos de gênero e sexualidade que desafiam a monocultura do saber e do rigor do saber (SANTOS, 2006) propondo um caminho de diversas ecologias de saberes (SANTOS, 2006), na consolidação do respeito às diferenças e a garantia de direitos e cidadania. A memória discursiva da primeira parada do orgulho LGBT no Brasil se consolida como um discurso vivo e que continua em disputa.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Coleção sujeito e história, Editora civilização brasileira: Rio De Janeiro, 2015

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Regras do discurso pela interculturalidade no campo curricular da EJA no Brasil: anos 1990-2000. SOUZA, João Francisco de. CARVALHO, Rosângela Tenório de. BOTLER, Alice Happ. PORTO, Zélia Granja. (Org.) **E a pesquisa educacional brasileira??** Que?? Desafios a um mundo multicultural. Edições Bagaço, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa, N. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Editora Forense Universitária, 2008

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. v. 1: A vontade de saber. Tradução de: Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais:** caminhos para uma pedagogia de luta. Recife: Ed. Universitária da UPFE, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** A hierarquia da invisibilidade. Editora Cortez, 2008.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Revista bagoas, N. 5, p. 17-44, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo: Para uma nova cultura política.** Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. Editora Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Boitempo editorial, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

SOUZA, João Francisco de. **A democracia dos movimentos sociais populares**: uma comparação entre Brasil e México. Recife, Edições Bagaço, 1999.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. Lua Nova, São Paulo, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Editora Autêntica, 2017.